

**MODELO DE PROJETO BÁSICO**  
**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

Processo Administrativo nº **59412.000172/2020-36**.

**1. OBJETO**

- 1.1. *Contratação de empresa especializada nos serviços de Supervisão, Gerenciamento e Controle Tecnológico das obras de construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó, para transferência de água do Trecho II do Eixo Norte do PISF para a Bacia do Rio Piancó, na Paraíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:*
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço não comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.
- 1.4. O contrato terá vigência pelo período de 24 meses, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- 1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global porque é possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.
- 1.6. O valor de referência do DNOCS para a contratação de empresa especializada nos serviços de Supervisão, Gerenciamento e Controle Tecnológico das obras de construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó, para transferência de água do Trecho II do Eixo Norte do PISF para a Bacia do Rio Piancó, na Paraíba é de **R\$ 8.200.512,65 (oito milhões, duzentos mil, quinhentos e doze reais e sessenta e cinco centavos)**.
- 1.7. De acordo com o valor de referência do DNOCS a licitação será uma **CONCORRÊNCIA, do tipo TÉCNICA E PREÇO**, pois a experiência profissional dos profissionais integrantes da licitante será considerada.
- 1.8. Devido a complexidade do objeto poderão participar do certame empresa em consórcio, para tanto tais empresas deverão atender ao art. 33 da Lei nº 8666/93, bem como seus incisos.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada abaixo.
- 2.2. Embora a fiscalização dos serviços seja de responsabilidade do DNOCS, constitui estratégia do Órgão a contratação de empresa para subsidiá-lo e assessorá-lo nessa atividade, principalmente pela indisponibilidade de mão de obra

especializada que é demandada. O DNOCS vivencia um momento de esvaziamento de seu quadro técnico (engenheiros, técnicos de nível médio, desenhista/cadista etc.) que o impossibilita de executar com a qualidade exigida tarefas relacionadas ao objeto do presente Projeto Básico.

2.3. A propósito, o art. 67 da Lei nº 8.666/93 estabelece que “...A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”.

2.4. Para os fins dessa Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados aqueles relacionados no art. 13, especialmente os previstos no inciso IV – “fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços”.

2.5. Portanto, percebe-se que a Lei acima citada, que disciplina as licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, admite a contratação de empresas de consultoria para assessorar e complementar a ação fiscalizadora do contratante da execução de obras e serviços.

2.6. A realização da licitação para a contratação dos serviços de Supervisão e Controle Tecnológico das obras de implantação do Ramal do Piancó, objeto deste Termo de Referência, na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, justifica-se também no âmbito do que dispõe o item 9.2.3 do Acórdão nº 2.932/2011TCU.

Plenário, que determinou ao DNIT:

*“9.2.3. para contratação de serviços de supervisão e consultoria, realize a licitação na modalidade pregão, especificando detalhadamente os serviços que a empresa de supervisão ou de consultoria deverá prestar, ressaltando as situações excepcionais em que tais serviços não se caracterizam com ‘serviços comuns’...”*

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação dos serviços de Supervisão, Gerenciamento e Controle Tecnológico das obras de construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó para transferência de água do Trecho II do Eixo Norte do PISF para a Bacia do Rio Piancó, na Paraíba.

#### **3.2. Conceituação:**

Neste Termo de Referência e nos demais documentos necessários à realização do certame licitatório e posterior contratação dos serviços, assim como aqueles a serem elaborados ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, serão utilizados os termos listados, a seguir, com os respectivos significados:

**DNOCS** – Departamento Nacional de Obras contra as Secas – autarquia federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com a sede da Administração Geral em Fortaleza – Ceará e na Paraíba através de sua Coordenadoria Estadual.

**CEST-PB** – Coordenadoria Estadual na Paraíba que está subordinada a Administração Geral do DNOCS.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe do DNOCS, designada por Portaria do Coordenador Estadual na Paraíba, para exercer, em sua representação, o acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO do Contrato para a elaboração dos serviços regidos por estes Termos de Referência.

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Também denominado Projeto Básico de Licitação, é o conjunto de informações e determinações estabelecidas com a finalidade de definir e caracterizar os procedimentos, as diretrizes, os produtos, o escopo e a metodologia a ser empregada na elaboração dos serviços contratados.

**PROJETO BÁSICO** - é o conjunto de elementos técnicos necessários e suficientes com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço licitado/contratado, em conformidade com definição constante da Lei nº 8.666/93, Inciso IX, Art. 6º. Deverá ser elaborado com base nos estudos de concepção das obras avaliadas em nível de viabilidade técnica e econômico-financeira.

**PROJETO EXECUTIVO** – é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Art. 6º; Inciso X da Lei 8.666). Deverá ser elaborado com base no Projeto Básico.

**EIA – RIMA** – Estudos sobre os impactos ambientais provocados pela obra.

**CERTOH** – Certificado de Avaliação da Sustentabilidade de Obra Hídrica, exigido pela ANA para a construção de obras com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

**PLANO DE TRABALHO** - documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando o tempo a ser gasto e os recursos materiais e humanos envolvidos.

**CRONOGRAMA** - representação gráfica da programação parcial e/ou total de um trabalho ou serviço, na qual são indicadas as diversas fases e respectivos prazos, aliados aos preços e custos.

**FLUXOGRAMA** - representação gráfica das várias atividades a serem executadas no desenvolvimento dos estudos relacionados com estes Termos de Referência.

**RELATÓRIO DE ANDAMENTO** - documento a ser produzido pela CONTRATADA, quando solicitado pelo DNOCS, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

**RELATÓRIO ESPECÍFICO** - documento a ser produzido pela CONTRATADA,

relativo aos Produtos/Atividades especificadas no Cronograma apresentado pelo DNOCS e proposto pela licitante, para que seja analisado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

**RELATÓRIO FINAL “AS BUILT”** - documento de produção a ser apresentado no término dos trabalhos, no qual a empresa CONTRATADA apresenta o relato, os desenhos modificados pelas condições de campo (“AS BUILT”) e os resultados finais de interesse, relacionados com os serviços e as obras executadas.

**CONTRATO** - documento subscrito pelo DNOCS e pela empresa vencedora deste certame, que define as obrigações de ambas em relação à execução dos serviços.

**NOTA DE EMPENHO** - documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

**CONTRATADA** - empresa (ou consórcio) de consultoria em engenharia, CONTRATADA para execução dos serviços objeto destes Termos de Referência.

**CONTRATANTE** - é o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas através da Coordenadoria Estadual na Paraíba – CEST-PB.

**EMPREITEIRA** - empresa (ou consórcio) de engenharia, CONTRATADA pelo DNOCS para execução das obras do Ramal do Piancó.

### 3.3. **Coordenação dos Trabalhos e Equipe**

A CONTRATADA deverá manter no local dos serviços equipe condizente com eles, com formação e experiência necessária para os seus desenvolvimentos, chefiadas por um técnico de reconhecida experiência que será o Coordenador dos Trabalhos, também chamado de Gerente do Contrato.

Qualquer Técnico de Nível Superior constante no Relatório do Plano de Trabalho da CONTRATADA só será substituído mediante aceitação do DNOCS, baseada em justificativa apresentada pela CONTRATADA, que mostre a impossibilidade da manutenção do técnico a ser substituído e a capacitação do substituto no desempenho das atividades específicas para as quais o primeiro foi alocado.

### 3.4. **Condições Gerais**

Este Projeto Básico de Referência, juntamente com os demais documentos a ele relacionados, estabelecem os requisitos mínimos e condições técnicas gerais para a execução dos serviços. Todos os recursos necessários para desenvolvimento das atividades e a elaboração dos Produtos deverão ser programados pela CONTRATADA tais como mão de obra adequada e qualificada, equipamentos, materiais e recursos técnicos necessários à perfeita realização dos serviços, ainda que não expressamente mencionados nestes Termos de Referência, deverão ser previstos pelo LICITANTE no momento de elaboração de sua proposta.

A CONTRATADA se obriga a executar todos os serviços relacionados na Planilha

de Orçamento e Cronograma deste edital, de acordo com os presentes Termos de Referência e as Normas Técnicas da ABNT.

A CONTRATADA deverá manter escritório no campo junto do canteiro de obras da EMPREITEIRA até a emissão dos Termos de Recebimento dos Serviços - TRS, com sala técnica e instalações completas, incluindo mobiliário, materiais de escritório, microcomputador, impressora, telefone etc., necessários e indispensáveis à execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE comprovante de Registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA – PB, antes da apresentação da primeira fatura.

A CONTRATADA deverá ter permanentemente um engenheiro civil habilitado e com experiência comprovada em serviços similares aos do objeto deste edital para a coordenação dos trabalhos de consultoria e manter no seu escritório da obra (canteiro) um engenheiro residente habilitado e com experiência comprovada em serviços similares. A troca destes engenheiros implica na revisão e eventualmente rescisão do Contrato se o currículo do substituto não atender as exigências da CONTRATANTE.

Simultaneamente com a emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a FISCALIZAÇÃO deverá abrir um LIVRO DE OCORRÊNCIA, onde serão registrados todos os acontecimentos e ocorrências relativas à execução dos serviços que, obrigatoriamente, deverão ser assinados pela FISCALIZAÇÃO e pelo engenheiro residente da CONTRATADA, responsável pela coordenação dos trabalhos de campo.

Será exigida a emissão de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, por ocasião da emissão Ordem de Serviço.

A CONTRATADA deverá recrutar e contratar a mão de obra especializada, em seu nome e sob sua total responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE.

A CONTRATADA assumirá todos os encargos relativos a pessoal e demais obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, inclusive os referentes a acidentes de trabalho, quando as vítimas forem seus empregados durante o desempenho de suas funções ou em conexões com elas, ainda que ocorridos nas dependências da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá fornecer ao DNOCS toda e qualquer documentação produzida durante a execução do objeto do contrato, na forma impressa e em meio digital.

A CONTRATADA será a única responsável pela execução e responderá pela qualidade e cumprimento do prazo. Nenhuma alteração de fornecimentos ou especificações poderá ser feita sem a prévia aprovação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

Caso ocorra o descumprimento de qualquer uma das exigências anteriormente citadas por parte da CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO poderá efetuar aplicação de multa e outras penalidades, até que sejam prontamente atendidas às solicitações da

CONTRATANTE, constantes neste Edital.

**3.5. Escopo dos Serviços Preliminares:**

3.5.1. Após a emissão da ordem de serviço deverá ser feito um levantamento da situação em que se encontram os projetos e sua documentação existente com o intuito de elaborar um diagnóstico a ser apresentado à fiscalização do órgão, onde deverá contemplar:

- Análise dos estudos e projetos existentes ou em andamento para assessorar ao DNOCS na análise técnica dos documentos/relatórios produzidos pela projetista;
- Identificação da situação das atividades complementares a implantação das obras tais como: cadastro e desapropriação, fornecimento de equipamentos e contratação da construtora, licenças ambientais etc.;
- Definição conjunta das prioridades do projeto para o coerente atendimento as necessidades das obras em execução;
- Preparo de planos gerais na forma preliminar para análise e discussão junto a fiscalização;
- Levantamentos topográficos complementares e locação definitiva de todos os elementos geométricos da obra e implantação de RN's de apoio a execução das obras e serviços;
- Planejamento das etapas construtivas das obras e dos serviços.

Estas atividades deverão ser descritas no **Relatório de Análise do Projeto e no Relatório Planejamento Executivo das Obras e Serviços.**

**3.6. Atividades Gerenciais**

As atividades gerenciais a serem desenvolvidas pela CONTRATADA são de:

3.6.1. Análises Técnica dos Projetos Básico e Executivo

- Análises Técnica dos Projetos Básico e Executivo desenvolvidos pela Projetista contratada pelo DNOCS, com prazo estimado em 6 (seis) meses;
- Análise e Controle da Qualidade dos Projetos Básicos e Executivo - CQP, verificando minuciosamente se eles são compatíveis no inter-relacionamento em todas as áreas (geométrico, arquitetônico, urbanismo estrutural, hidromecânico etc.) e se há alguma não conformidade entre elas.

3.6.2. Gerenciamento

- Análise dos Planos de Trabalho de execução das obras e serviços apresentados pelo construtor;
- Participação e atualização dos Planos de Execução para implantação das obras, de comum acordo com as firmas empreiteiras e o DNOCS;
- Acompanhamento e controle do andamento das obras, análise e formulação de sugestões para observância dos prazos previstos no cronograma contratual;

- Exame da adequação e quantidade dos equipamentos de construção empregados pelas firmas empreiteiras, com a finalidade de garantir a perfeita execução dos serviços e o cumprimento das programações estabelecidas;
- Exames e pareceres conclusivos sobre eventuais pedidos referentes a alterações contratuais (quantidades, prazos etc.) ou mesmo sobre o projeto e especificações técnicas;
- Controle dos trabalhos no que se refere ao aspecto técnico, a fim de que sejam cumpridos, em todos os detalhes, o projeto e as especificações dos serviços;
- Inspeção do cumprimento de todas as normas e legislações referentes à higiene e segurança do trabalho;
- Participação ativa em todas as reuniões convocadas pela FISCALIZAÇÃO, elaborando as respectivas atas;
- Atualização periódica das estimativas de custos, cotações de preços de mercado e quantidades de serviços e obras;
- Elaboração das Planilhas de Quantificação e Estimativa de Custos dos Bens e Serviços para as Obras;
- Avaliação periódica de quantificação física das obras executadas e a serem executadas;
- Elaboração dos registros comparativos, por itens de obra, entre as quantidades previstas e executadas;
- Programação para o sistema de monitoria física e financeira;
- Programação da implantação das medidas mitigadoras sobre o impacto ambiental proposto no EIA/RIMA;
- Assistência na emissão de ordens de serviço e certificados às empreiteiras e fornecedores, e avaliação das solicitações por elas emitidas;
- Fazer e atestar medições das obras executadas, juntamente com a fiscalização do DNOCS;
- Monitoramento do plano de execução da implantação das obras e da execução física e financeira de cada contrato em andamento relativo às obras, mediante técnicas que permitam projetar prazos, custos e desembolso;
- Operação do sistema de registro de informações básicas referentes à implantação das obras;
- Assistência na manutenção de um sistema de controle de custos e procedimentos para a administração dos contratos;
- Arquivar a documentação de fiscalização a ser repassada ao DNOCS na conclusão dos serviços;

### 3.6.3. Assessoria

- Assessoria ao DNOCS para fiscalização da execução das obras em relação a

assuntos tais como: conformidade com o Projeto Executivo, controle de qualidade dos materiais e dos serviços executados, verificação topográfica da implantação, detalhamento do projeto;

- Assessoria ao DNOCS na análise do desempenho da empreiteira relativamente a qualidade e quantidade dos serviços executados e equipamentos utilizados em consonância com o porte da obra e cronograma estabelecido;
- Assessoria ao DNOCS para gerenciamento das obras em relação a programação, controle de prazos e verificações de medidas de serviços executados;

### **3.7. Atividades de Controle Tecnológico**

As atividades de controle tecnológico das obras e serviços deverão atender as normas ABNT e demais instruções técnicas pertinentes, devendo a CONTRATADA desenvolver as seguintes atividades:

#### **3.7.1. Controle Geométrico**

- Aprovação das cotas de fundação e das dimensões de todas as estruturas;
- Verificação da locação das obras;
- Execução de serviços topográficos, quando solicitados pela FISCALIZAÇÃO.

#### **3.7.2. Controle Tecnológico**

- Análise e definição dos traços de concreto;
- Controle do tratamento da fundação, nos locais de assentamento dos aterros e obras de concreto;
- Controle de qualidade e da compactação de materiais para execução de aterros;
- Controle de qualidade do concreto e demais materiais empregados nas obras.

#### **3.7.3. Controle de Execução da Obra**

- Verificação de fundação e liberação;
- Liberação das camadas dos aterros;
- Controle das obras civis de acabamento;
- Indicação, delimitação e quantificação de jazidas, áreas de empréstimo e botaforas a serem utilizadas pela empreiteira.

#### **3.7.4. Operação dos Laboratórios de Solos e Concreto**

Operação dos laboratórios de solos e concreto, devendo manter controle estatístico e executando no mínimo os seguintes ensaios:

- Determinação do teor da umidade;
- Análises granulométricas com e sem sedimentação;
- Determinação do limite de liquidez;
- Determinação do limite de plasticidade;
- Determinação da massa específica real;
- Ensaios de compactação PROCTOR NORMAL, intermediário e modificado;



- Determinação da densidade “in situ”;
- Determinação CBR-DPT;
- Controle de compactação – Métodos de HILF;
- Sondagens a trado de 4” com retirada de amostra;
- Ensaios de granulometria das areias e de agregados graúdos;
- Ensaios para fixação das características do cimento;
- Ensaios de umidade de areais;
- Ensaios de “SLUMP” dos concretos;
- Ensaios para determinação da resistência dos concretos à compressão (rompimento de corpos de prova);
- Ensaios para dosagem dos concretos.

### 3.8. **Acompanhamento e Fiscalização de Instalações**

As atividades de acompanhamento e fiscalização de instalação de equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos e de automação, deverão ser desenvolvidas pela CONTRATADA enquanto durar estas obras, devendo desenvolver as seguintes tarefas:

- Controle das montagens hidro e eletromecânicos;
- Parecer sobre os materiais e equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos, automação etc., a serem adquiridos pelo DNOCS ou empreiteira;
- Acompanhamento do processo de fabricação, conforme as Especificações Técnicas;

Acompanhamento dos testes e inspeção na fábrica dos diversos equipamentos;

- Recebimento dos equipamentos na obra, fiscalização e acompanhamento da montagem e operação inicial e testes nos mesmos.
- Inspeção na fábrica, dos equipamentos ou parte deles, devidamente montados. Eles somente serão considerados aceitos, quando o resultado dos ensaios finais atenderem as Especificações Técnicas;
- Comunicar, por escrito, ao DNOCS, quaisquer dúvidas que porventura surjam na fase de fabricação, devido a divergências nas especificações técnicas;
- Implementação e operação inicial dos diversos equipamentos hidromecânicos com a utilização do Manual de Operação e Manutenção do Projeto e ajustá-lo onde for necessário, para adaptar-se ao “AS BUILT”, bem como organizar cursos de treinamento destinado ao pessoal de O&M (em colaboração com empreiteiros e fornecedores).

Estas atividades descritas deverão ser consolidadas nos **Relatórios Mensais de Supervisão das Obras**.

### 3.9. **Procedimentos Executivos e Controles Tecnológicos**

Objetivando a obtenção da qualidade, preconizada pelas normas e especificações do projeto, apresenta-se seguir o detalhamento dos procedimentos executivos e os respectivos controles tecnológicos a serem utilizados pela CONTRATADA na execução de suas atividades.

Para cada procedimento executado será elaborado uma lista de itens de verificação de conformidade, acompanhados das respectivas fichas de controle tecnológico, os quais serão arquivados no servidor central, de forma a poderem, posteriormente, ser utilizados nos trabalhos de medições, elaboração de relatórios de andamento dos serviços e de qualidade das obras executadas.

- Serviços Preparatórios
  - Inspeção dos Canteiros;
    - ✓ Instalação do Canteiro e Acampamento;
    - ✓ Manutenção dos Canteiros e Apoio Logístico;
  - Acompanhamento dos Desmatamentos;
  - Inspeção dos Locais de Jazidas;
  - Acompanhamento da Implantação do Sistema de Disponibilização de Água para Obra.
- Controle Geométrico
  - Acompanhamento e Controle Topográfico da Locação da Estação de Bombeamento e Subestação, da Adutora, das Obras de proteção da Adutora (“Stand Pipes”, blocos de apoio e ancoragem) e Obras Especiais e de Drenagem;
  - Acompanhamento e Controle da Exploração de Jazidas e Bota-Foras e Aproveitamento do Material Escavado;
  - Acompanhamento e controle topográfico de cotas e declividades da construção da Adutora e Obras de Drenagem;
  - Acompanhamento e Controle das Dimensões das Obras Cíveis, Elétricas, Hidromecânicas, Automação e Demais Obras.
- Obras de Terra
  - Acompanhamento de Escavações em Material de 1ª, 2ª, e 3ª. Categorias das Obras;
  - Acompanhamento e Controle dos Bota-Foras;
  - Acompanhamento da Exploração de Jazidas;
  - Acompanhamento e Controle dos Aterros Compactados;
- Obras Hidromecânicas
  - Diligenciamento e Inspeção em Fábrica das Tubulações e Equipamentos;
  - Inspeção e Recebimento das Tubulações e Equipamentos;
  - Acompanhamento e Controle da Montagem das Tubulações e Equipamentos da Adutora e Estação de Bombeamento;
    - ✓ Montagem de Peças Especiais na Estação de Bombeamento;
    - ✓ Ajustes Prévios de Montagem das tubulações;
    - ✓ Controle de Desempenho dos Montadores;
    - ✓ Controle do Uso de EPI's;
    - ✓ Procedimentos de Qualificação de Soldadores (se for tubulação de aço);

- ✓ Aferição e Reparo de Máquinas de Solda (se for tubulação de aço);
- ✓ Aferição de Estufas Portáteis (Cochilhos) (se for tubulação de aço);
- ✓ Execução e Tratamento de consumíveis (se for tubulação de aço);
- ✓ Execução e Soldagem de Juntas (se for tubulação de aço);
- ✓ Inspeção e Testes não Destrutivos das Soldas (se for tubulação de aço);
- ✓ Inspeção em Reparos de Soldas (se for tubulação de aço);
- ✓ Métodos de Remoção de Defeitos da Tubulação;
- ✓ Inspeção dos engates ponta e bolsa (se for tubulação de ferro fundido);
- Acompanhamento dos Testes de Estanqueidade das Tubulações;
- Acompanhamento dos Reaterros das Valas das Tubulações.
- Obras Eletromecânicas
  - Diligenciamento e Inspeção em Fábrica dos Cabos e Equipamentos;
  - Inspeção e Recebimento dos Cabos e Equipamentos;
  - Acompanhamento e Controle da Montagem dos Cabos e Equipamentos;
    - ✓ Montagem de Quadros Elétricos;
    - ✓ Ajustes Prévios de Montagem;
    - ✓ Controle do Uso de EPI's;
    - ✓ Inspeção dos acoplamentos dos cabos e equipamentos;
  - Acompanhamento das instalações das malhas de terra;
  - Acompanhamento das instalações dos cabos nas valas, eletrodutos ou bandejas.
  - Acompanhamento dos Testes de Funcionamento.
- Sistema de Automação
  - Diligenciamento e Inspeção em Fábrica dos Equipamentos;
  - Inspeção Recebimento dos Equipamentos;
  - Acompanhamento da Montagem dos Equipamentos;
  - Acompanhamento dos Testes de Funcionamento.
- Concretagem
  - Inspeção da Qualidade dos Materiais a serem empregados;
  - Acompanhamento e controle da Preparação dos Concretos;
  - Acompanhamento e Controle do Lançamento dos Concretos;
  - Acompanhamento e Controle da Cura.
- Controle Tecnológico
  - Controle Tecnológico de Solos, Materiais Terrosos e Pétreos;
  - Controle Tecnológico dos Aterros;
  - Controle Tecnológico dos Concretos
    - ✓ Ensaios e Testes

- ✓ Avaliação de Resultados de Resistência do Concreto
- ✓ Controle de Qualidade de Execução

### 3.10. Medidas para tratamento de não conformidades

Entende-se por não-conformidade, a deficiência de características ou documentação exigidas por projeto ou norma técnica da diretriz contratual que torne a qualidade de determinado serviço, material ou equipamento, inaceitável ou determinada, exigindo a ação corretiva.

O Controle das Não-Conformidades, incluindo as ações corretivas ou preventivas, objetiva garantir o registro e o tratamento de Não-Conformidades (NC) em todas as áreas envolvidas através da adoção de ações corretivas e/ou preventivas, quando aplicável.

As Não-Conformidades (NC) podem ser originadas, em síntese, por:

- a) inadequados processos técnicos e construtivos;
- b) inadequados processos gerenciais e administrativos;
- c) inobservação dos condicionantes ambientais;
- d) inobservação dos condicionantes de preservação de saúde e segurança no trabalho;
- e) aquisição e utilização de materiais e produtos não-conformes;
- f) reclamações da FISCALIZAÇÃO;
- g) reclamações da população impactada e de instituições locais.

As **Não-conformidades**, ações corretivas ou preventivas podem ser registradas por qualquer pessoa da equipe no desempenho de suas atividades, sendo obrigatoriamente registradas e comunicadas ao responsável setorial e, por este, ao engenheiro residente. Registradas no Relatório de Não-Conformidades / Ação Preventiva (RNC), deverão conter:

- a) a não conformidade ocorrida ou esperada;
- b) as causas;
- c) o tipo da ação corretiva ou preventiva;
- d) a descrição da ação;
- e) o responsável e a data de implementação.

A EMPREITEIRA será responsável pela execução dos trabalhos de implantação da obra, de acordo com o estipulado na legislação geral, nos contratos e atendendo às regras da boa arte de execução, não podendo transferir ou reduzir aquela responsabilidade por alegação de erros ou omissões de outra entidade.

De princípio, propõe-se a realização de uma reunião na obra a cada semana com a presença do responsável do DNOCS, dos engenheiros coordenador e residente da GERENCIADORA, do responsável da EMPREITEIRA e, eventualmente se necessário, de representantes de outras entidades.

A agenda das reuniões técnicas semanais no canteiro poderá incluir os seguintes temas dentre outros necessários:

- a) identificação e avaliação de alterações do projeto;
- b) avaliação do andamento geral da obra e do cronograma físico-financeiro;
- c) análise, quando necessária, da aprovação ou rejeição de trabalhos executados;
- d) discussão sobre o programa de ações da(s) empreiteira(s);
- e) discussão sobre os métodos de trabalho da(s) empreiteira(s);
- f) avaliação do desempenho geral da(s) empreiteira(s);
- g) avaliação dos recursos da empreiteira em pessoal, equipamentos e materiais;
- h) avaliação das condições de segurança e saúde na obra;
- i) avaliação da situação dos riscos ambientais;
- j) avaliação das condições de preservação dos patrimônios arqueológico e paleontológico;
- k) outros assuntos que afetem a implantação do projeto.

O coordenador e o engenheiro residente da GERENCIADORA deverão participar de reuniões específicas com o DNOCS objetivando o aprofundamento dos assuntos relacionados com o nível do progresso físico-financeiro do(s) contrato(s), do controle da qualidade dos serviços, da situação do nível de relacionamento com a população e instituições locais, e de quaisquer outros assuntos solicitados pela FISCALIZAÇÃO.

Itens não conformes, com respeito a critérios do DNOCS, poderão ser aceitos sem tomada de ação corretiva, desde que aprovados explicitamente pelo DNOCS e pela GERENCIADORA e considerados conforme e em condições de aceitação ou utilização no estado em que se encontrarem, com documentação, registros e testes adequados.

A EMPREITEIRA é responsável pelo tratamento de todos os itens não conformes, com exceção de eventuais materiais fornecidos pelo DNOCS.

Após a detecção da não conformidade deverá ser observada a seguinte sequência:

- a) Detectada uma não-conformidade, deve ser verificado no procedimento da execução da fase a existência de alguma medida a ser tomada, concernente àquela não-conformidade.
- b) Caso positivo, o inspetor do controle de qualidade deve procurar o encarregado da fase e exigir sua correção conforme o procedimento previamente aprovado pela GERENCIADORA/DNOCS.
- c) Caso negativo, deve ser emitido e assinado pelo inspetor da fase o relatório de não-conformidade, em três vias, sendo duas para o responsável pelo controle de qualidade e a terceira para a fiscalização da GERENCIADORA/DNOCS.
- d) O responsável pelo controle de qualidade, de posse do relatório de não-conformidade, analisa o caso e após catalogá-lo, envia o mesmo à FISCALIZAÇÃO do DNOCS, que dará ciência ao construtor, o qual deverá propor uma ação corretiva aceitável.

A proposição de ação corretiva poderá ser através dos seguintes níveis de delegação:

- Encarregado da Obra.

- Chefe de Campo.
- Engenheiro Residente.

O prazo máximo para proposição da ação corretiva deverá ser dado a FISCALIZAÇÃO do DNOCS em, no máximo, 48 horas, a qual após sua aprovação ou não, comunicará à GERENCIADORA o que foi acordado.

- Proposta a ação corretiva, o relatório de não-conformidade é enviado ao órgão de controle de qualidade, cujo responsável aprova ou não a ação proposta.
- Se a ação corretiva, com base no projeto, normas ou especificações, for rejeitada, o relatório volta ao executor da obra o qual deverá propor outra ação corretiva.
- Se a ação corretiva for aceita pelo responsável de controle de qualidade, a mesma é enviada a fiscalização, para que esta tenha ciência, faça sua análise e aprove ou não a ação corretiva.
- Confirmada a adequação da ação corretiva aos padrões previstos em normas e projetos, a fiscalização aprova a medida tomada, e autoriza sua execução.
- A execução da ação corretiva deve seguir os mesmos procedimentos dirigidos para execução de qualquer serviço na obra, ou seja, o serviço a ser realizado será comunicado com antecedência, pelos responsáveis pela execução, ao órgão de controle de qualidade e a FISCALIZAÇÃO.
- O inspetor do controle de qualidade acompanhará a execução da ação corretiva, tendo em mãos o relatório de não conformidade com a respectiva ação corretiva proposta e aprovada.
- Após a conclusão do serviço, se estes estiverem dentro dos padrões previstos na ação corretiva, o inspetor do controle de qualidade e a FISCALIZAÇÃO do DNOCS liberam o serviço.
- A via original do relatório de não-conformidade ficará arquivada no arquivo do controle de qualidade, para possíveis consultas.

### 3.11. Arquivo Técnico da Garantia de Qualidade

Para os trabalhos de acompanhamento e controle da qualidade, a GERENCIADORA deverá reservar um computador específico para a obra, onde toda esta documentação gerada no acompanhamento técnico e controle da qualidade estará preservada na memória de um servidor central com controle e níveis de acesso ao mesmo. Ou seja, toda documentação, projetos, normas, memórias de cálculos, alterações, medições, comunicações, relatórios, tudo enfim relacionado à obra estarão sob a guarda desse servidor central.

Através deste arquivamento, o DNOCS pretende:

- Monitorar a atualização dos registros relativos a implantação, operação e manutenção da garantia do controle de qualidade da obra.
- Controlar e arquivar todas as ações técnicas referentes às ações do controle de qualidade.
- Organizar as informações técnicas produzidas, de modo a fornecer ao DNOCS a documentação da qualidade, referentes aos serviços prestados de inspeção e ensaio.

- d) Fornecer informações para a execução dos serviços de inspeção e ensaios.
- e) Demonstrar que os serviços foram executados de acordo com os procedimentos, normas e especificações previstas.

#### Plano de Arquivamento/Divisão do Arquivo.

Em linhas gerais o arquivo de controle de qualidade terá a seguinte divisão:

- Normas e Especificações.
- Desenhos, Projetos.
- Certificados.
  - De calibração de Instrumentos da Obra.
  - De Materiais.
  - De Qualificação de Soldadores e Procedimentos.
  - De Conclusão de Serviços. (Por Fase).
- Relatórios.
  - De registros de Resultados.
  - De não-conformidade.
- Ensaios Destrutivos
  - Do Concreto
  - Tubos e Conexões
  - Outros
- Correspondências/Memorando.
  - Recebidos.
  - Emitidos.
- Publicações Técnicas e Catálogos
- Manual de Controle de Qualidade.
- Listas de Verificações.
- Procedimentos de Controle de Qualidade.
- Controle de Revisões de Procedimentos e de Listas de Verificações.

#### **3.12. Atividades de Acompanhamento e Consolidação Final das Informações das Obras Implantadas**

A consultora CONTRATADA deverá elaborar todos desenhos das obras construídas, no decorrer dos meses de acompanhamento delas, para representar as condições geométricas que elas ficaram “COMO CONSTRUÍDAS”. Estes serviços de elaboração dos “AS BUILT” tem que ser executados sempre ao final de cada obra, para não ficar acumulado para o final do contrato.

Com o fim das obras, deverá ser elaborado pela CONTRATADA um relatório consolidado que contenha todas as informações pertinentes ao empreendimento, fazendo uma inspeção final

dos trabalhos concluídos, elaborando o relatório de “As Built”, resumo do controle de documentos e controle físico financeiro da obra, além de agrupar e catalogar toda a documentação produzida durante a obra, principalmente as relacionadas aos desenhos das obras.

Estas atividades serão consolidadas no relatório denominado Relatório “As Built”.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço não comum de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, devido o valor a ser contratado, e do tipo TÉCNICA E PREÇO, pois será considerado a experiência da equipe da contratada.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Execução de serviços de Supervisão, Gerenciamento e Controle Tecnológico das obras de construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó, com o propósito de auxiliar o DNOCS.

5.1.2. Trata-se de serviço não comum, pois não se enquadra nos serviços comuns para a legislação pertinente, e ainda não continuado.

5.1.3. Por tratar-se de serviço relacionado a supervisão e gerenciamento de obras, ou seja, serviços intelectuais os critérios e práticas de sustentabilidade não se aplicam a este Termo de Referência.

5.1.4. O contrato terá a duração inicial conforme cronograma físico-financeiro.

5.1.5. As quantidades estimadas de deslocamentos e as hospedagens estão contempladas na planilha orçamentária, anexa a este Termo de Referência.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.



## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (83) 3208-9019.
- 6.1.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o quinto dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
  - 6.1.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
  - 6.1.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
  - 6.1.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
  - 6.1.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
  - 6.1.6. De acordo com o art. 30, III, da Lei 8.666, de 1993, a opção pela exigência ou não de vistoria é discricionária, e não haverá inabilitação da licitante por causa deste item. Apenas a empresa licitante, fará declaração de que está ciente das condições de execução dos serviços.
- 6.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Ordem de Serviços pela Contratada, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro apresentado na apresentação das propostas.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

- 8.1. O pagamento dos serviços objeto deste Termo de Referência, será de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante, obedecendo o prazo máximo (1 mês) de execução contratual estipulado no cronograma físico-financeiro apresentado pela CEST-PB/TEC, tendo sido aprovado pela Comissão de Fiscalização do contrato nomeada através de portaria com este fim.
- 8.2. Toda comunicação entre este Departamento e a Contratada será através da Comissão de Fiscalização mencionada no item anterior.
- 8.3. O pagamento mencionado acima será realizado de acordo com a evolução dos serviços de obra fiscalizados através da planilha orçamentária anexa a este Termo de Referência.
- 8.4. A definição de sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União serão definidos no Edital de licitação.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários como: GPS, notebook, veículos dentre outros nas quantidades e qualidades necessárias.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
  - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto
- 10.11.1. "as built", elaborado pela Contratada;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - 11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 11.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.34. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de

Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.45. No caso de execução de obra:

11.45.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

11.45.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

11.45.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.45.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.45.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.45.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

11.45.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;



- 11.45.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 11.45.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 11.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 11.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;
- 11.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 11.48. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.
- 11.49. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 11.50. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.3. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.8. No caso de serviços de engenharia, a fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.8.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.16. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

14.16.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

14.16.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

14.16.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

14.16.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

14.16.1.4. aos depósitos do FGTS; e

14.16.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

14.16.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

- 14.16.3.           oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- 14.16.4.           somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.
- 14.17.           A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 14.17.1.           Outras rotinas definidas pela Comissão de Fiscalização durante a execução do contrato.
- 14.18.           As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.19.           A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 15.1.           A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 15.2.           O recebimento provisório será realizado pelo pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou

única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser

efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser

30

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se

- o índice FGV – Fundação Getúlio Vargas, extraídos da coluna 39 exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 18.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.



18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
----	--	----

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. **Qualificação Técnica:**

20.3.1. No tocante a Qualificação Técnica as licitantes deverão apresentar a documentação abaixo.

20.3.2. As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1

20.3.3. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

20.3.4. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

20.3.4.1. - Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora;

20.3.4.2. - Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);

20.3.4.3. Coordenação e/ou elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares;

20.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

◦ 20.3.5.1. Coordenação geral/Gerente de Contrato Engenheiro Civil, com experiência mínima de 10 anos e detentor de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA e currículo, que comprove a experiência nas seguintes atividades:

20.3.5.1.1. - Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora;

20.3.5.1.2. - Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);

20.3.5.1.3. Coordenação e/ou elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares;

20.3.5.2. Profissional engenheiro civil com experiência em Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora;

20.3.5.3. Profissional engenheiro mecânico com experiência em: Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);

20.3.5.4. Profissional engenheiro ambiental com experiência em Elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares;

20.4. A seleção do licitante vencedor será através de “Técnica e Preços”, tendo como base as seleções dispostas no edital de licitação.

20.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

20.6. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

20.7. A empresa licitante deverá apresentar Proposta Técnica contendo os estudos relacionados ao objeto licitado, devendo esta conter todas as informações abaixo relacionadas:

20.7.1. Identificação do Empreendimento

20.7.1.1. Objetivo:

20.7.1.2. Localização dos serviços;

20.7.1.3. Identificação da licitação:

20.7.1.4. Data de abertura:

20.7.2. Identificação do Responsável Técnico pela elaboração do Projeto Básico

20.7.2.1. Nome:

20.7.2.2. Endereço:

20.7.2.3. Telefone:

20.7.2.4. Equipe Técnica (Profissionais/Registro)

20.7.3. Demonstração de conhecimentos dos trabalhos

20.7.3.1. A empresa deverá apresentar minuciosamente o conhecimento e métodos a serem realizados nos trabalhos a serem avaliados, bem como demonstrar com clareza que já dispõe de conhecimento adequado para realizar os trabalhos propostos;

20.7.4. Comprovações de elaborações de trabalhos de sustentabilidade hídrica;

20.7.4.1. As comprovações de realizações de trabalhos de natureza semelhante, serão comprovadas por meio da apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo Conselho profissional competente, acompanhada do seu respectivo Atestado de capacidade, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no CREA.

20.7.5. Identificação da equipe técnica da licitante

20.7.5.1. Demonstração de informação dos profissionais que constituirão a Equipe Técnica responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, constando as atribuições de cada profissional indicado, nome completo, título profissional, número do registro no CREA, a área de atuação e a natureza da relação profissional com a empresa licitante.

20.7.5.2. A proposta técnica será avaliada e classificada com base em pontuação predefinida nos critérios pertinentes e adequados aos serviços licitados, tendo como avaliação os elementos de:

**I - Conhecimento dos trabalhos a serem realizados na área a ser trabalhada (Máximo 25 pontos)**

a) Conhecimento do empreendimento e das condições do projeto, (máximo 15 pontos);

- b) Análise crítica dos estudos existentes bem como sua integração com outros planos, programas e ações governamentais na região (máximo 05 pontos);
- c) Apresentação de possíveis soluções para melhorias do projeto (máximo 05 pontos);

O texto poderá conter ilustrações, anexos fotográficos, desenhos e plantas, perfeitamente legíveis em texto de até 20 (vinte) páginas (dimensão A4), letra arial, fonte 12.

## **II - Plano de Trabalho e Metodologias (máximo 25 pontos)**

O texto do Plano de Trabalho e metodologias de até 20 (vinte) páginas (dimensão A4), letra arial, fonte 12, onde a licitante deverá demonstrar:

- a) A clara compreensão e domínio do conjunto de tarefas que serão necessárias executar (15 pontos).
- b) A racionalidade na programação das tarefas a realizar expressa através de cronograma de tarefas PERT e GANTT (05 pontos);
- c) As principais metodologias específicas a empregar envolvendo as atividades descritas no plano de trabalho (05 pontos).

## **III - Experiência da equipe técnica (máximo 50 pontos)**

- a) Para a Equipe Técnica será avaliada por especialidade do profissional, devidamente comprovada por meio de Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho e Fiscalização do exercício profissional. Serão comprovadas as experiências de:

- Coordenação geral/Gerente de Contrato Engenheiro Civil, com experiência mínima de 10 anos e detentor de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA e currículo, que comprove a experiência nas seguintes atividades: (máximo 20 pontos)

- Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora;
- Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);
- Coordenação e/ou elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares;

Profissional engenheiro civil com experiência em Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora; (máximo 10 pontos);

Profissional engenheiro mecânico com experiência em: Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba); (máximo 10 pontos);

Profissional engenheiro ambiental com experiência em Elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares; (máximo 10 pontos)

A pontuação será de acordo com a quantidade de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART apresentada na Certidão de Acervo Técnico (CAT) sendo cada uma no valor de 5 pontos;

Por se considerar que a licitação é do tipo “técnica e preço”, cujo procedimento está detalhado no Art. 46, § 2º da Lei 8.666/93, não haverá imposição de nota mínima para classificação das propostas técnicas. Se a proposta técnica não atender a uma condição obrigatória estabelecida no edital, ou apresentar erro que impeça o seu aproveitamento, tal proposta deverá ser desclassificada, independente da pontuação que receberia se estivesse correta.

II Após pontuação da Nota Técnica (Nti), a mesma deverá ser alterada para obtenção

Item	Descrição	Valor máximo de pontos proposto	Pontuação técnica da licitante Nti (A)	Correção da pontuação técnica da licitante Neq (A)
------	-----------	---------------------------------	--	--

da Nota Técnica Equivalente (Neq), calculada usando os seguintes pesos:

- Conhecimento dos trabalhos e da área (Cta) = 1,2;
- Plano de Trabalho e metodologias (Cpm) = 1,2;
- Experiência da equipe técnica (Cet) = 0,8.
- Então,  $Neq = (1,2 \times \text{Conhecimento dos Trabalhos e da Área} + 1,2 \times \text{Plano de Trabalho e metodologias} + 0,8 \times \text{Experiência da equipe técnica}) / 10$
- $Neq = (Cta \times 1,2 + Cpm \times 1,2 + Cet. \times 0,8) / 10$
- A classificação da proposta técnica será informada na sequência de classificação dos pontos obtidos nas condições informadas.

Quadro resumo dos critérios de avaliação técnica:



1	Conhecimento dos Trabalhos e da Área (Cta)	25 pontos		
1.1	Conhecimento do empreendimento e das condições do projeto	15		
1.2	Análise crítica dos estudos existentes bem como sua integração com outros planos, programas e ações governamentais na região	05		
1.3	Apresentação de possíveis soluções para melhorias do projeto	05		
2	Plano de Trabalho e Metodologias (Cpm)	25 pontos		
2.1	A clara compreensão e domínio do conjunto de tarefas que serão necessárias executar	15		
2.2	A racionalidade na programação das tarefas a realizar expressa através de cronograma de tarefas PERT e GANTT	05		
2.3	As principais metodologias específicas a empregar envolvendo as atividades descritas no plano de trabalho	05		
3	Experiência da equipe técnica (Cet)	50 pontos		
3.1	Coordenação geral de projeto com experiência na Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora; Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);	20		
3.2	Engenheiro mecânico com experiência em: Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Estação Elevatória (montagem de conjunto motobomba);	10		
3.3	Engenheiro ambiental com experiência em Elaboração de Estudos Ambientais para Obras de Adutoras ou obras similares;	10		
3.4	Engenheiro civil com experiência em Supervisão e/ou Gerenciamento de Obras de Implantação de Adutora	10		
Total dos pontos		100 pontos		

A  
NOT

A FINAL DA PROPOSTA (NF) será obtida de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preços, de conformidade com os pesos estabelecidos no presente instrumento convocatório, consoante inciso II, parágrafo 2º do artigo 46 da Lei No 8.666/93, e de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = 0,6 \times Neq + 0,4 \times NP, \text{ onde:}$$

NF = Nota Final da Proposta;

NT = Nota da Proposta Técnica Equivalente;

NP = Nota da Proposta de Preço

Será julgada classificada em 1º (primeiro) lugar e vencedora deste Certame, a Proponente que, tendo atendido ao estabelecido neste edital e seus anexos, obtiver a maior nota final da proposta – NF, calculada pela média ponderada da proposta técnica - Neq e proposta de preço – NP.

No caso de absoluto empate entre duas ou mais Notas Classificatórias Finais, a classificação final se fará obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os Licitantes serão convocados.

20.8. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.8.1. Valor Global: R\$ 8.200.512,65 (Oito milhões, duzentos mil, quinhentos e doze reais e sessenta e cinco centavos).

20.8.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.8.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

20.9. O critério de julgamento da proposta é o tipo técnica e preço.

20.10. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20.11. Quando da análise das PROPOSTAS DE PREÇOS, será feita, inicialmente, a verificação da conformidade de cada proposta com as exigências deste edital, procedendo-se à desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos do ato convocatório

20.12. Os preços globais ofertados serão avaliados e valorizados de acordo com a seguinte fórmula:

**NP = 10. P<sub>1</sub> / P<sub>2</sub>** onde:

NP = Nota da Proposta de Preço;

**P<sub>1</sub> = (V<sub>0</sub> + M) / 2** onde:

V<sub>0</sub> = Valor orçado pelo DNOCS

M = Média dos Preços dos Licitantes; P<sub>2</sub>

= Preço Proposto.

20.13. A relação P<sub>1</sub>/P<sub>2</sub> será limitada ao valor máximo de 1 (um inteiro). Valores maiores do que a unidade, serão tomados como 1,00 (um inteiro).

20.14. Os valores numéricos serão calculados com duas casas decimais, desprezada a fração remanescente.

20.15. A Fórmula utilizada para o cálculo da Nota dos Preços propostos, tratar-se de critério já utilizado no DNOCS para que as empresas não apresentem preços inexecutáveis, e, ademais o orçamento do órgão já foi elaborado com base no Decreto nº 7983/13, obedecendo as recomendações dos órgãos de controle.

20.16. Serão classificadas as propostas de preços que atenderem, integralmente, a todas as exigências deste edital e seus anexos.

## **21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 21.1. O custo estimado da contratação é R\$ 8.200.512,65 (Oito milhões, duzentos mil, quinhentos e doze reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com a Planilha Orçamentária anexa.
- 21.2. Tal valor foi obtido a partir de planilha contendo a descrição completa dos serviços, estimativas dos custos diretos, que tratam dos valores atribuídos aos técnicos responsáveis pelos serviços, e custos indiretos, estimados para os serviços que forem utilizados em campo. Foi utilizada a indicação do código DNIT - Tabela de Consultoria - Novembro/2019, para estimativa de custo diretos e indiretos, tudo de acordo e em compatibilidade com o Decreto n. 7.983/2013.

## **22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 22.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:
- 22.2. Ação: 18.544.221.15DX.0020 – Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó.
- 22.3. Natureza da Despesa: 4490.51

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo II – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo III – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo IV - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

---

Francisco Mariano da Silva  
Chefe do Serviço Técnico da CEST-PB